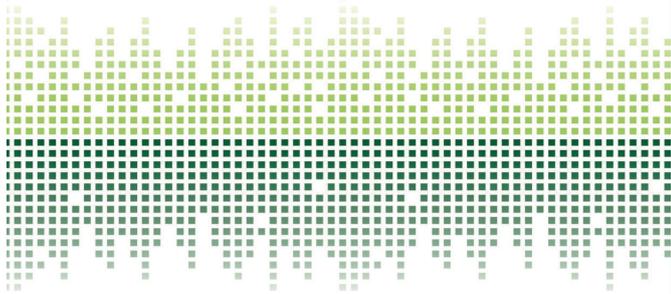


Daniel Castro Gomes da Costa

Daniel Castro Gomes da Costa

PARTIDOS POLÍTICOS E COMPLIANCE

Instituição de programa de integridade
como forma de legitimar as atividades partidárias
e consolidar a democracia representativa



Prefácio

Luís Roberto Barroso

Apresentação

Antônio Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães

FORUM

“Como costume afirmar, nas democracias, política é gênero de primeira necessidade. Se há problemas estruturais nos sistemas político, partidário e eleitoral, as soluções buscadas devem também ser estruturais. Não se pode permitir que o indispensável enfrentamento da corrupção conduza à criminalização da política, tampouco é possível aceitar passivamente que a nobreza da política sirva para encobrir comportamentos inaceitáveis. Integridade, cumprimento das leis e preservação de valores republicanos devem ser, idealmente, comportamentos espontâneos. Autorregulação responsável é, por certo, muito mais desejável que a repressão estatal, mesmo pela via da Justiça Eleitoral. Para superar o descrédito predominante, os partidos políticos precisam se reinventar, mudando práticas internas, aumentando sua identificação com a sociedade e, sobretudo, atraindo novos quadros. Há, na sociedade brasileira, uma imensa demanda por integridade, idealismo e patriotismo. As instituições têm que ser capazes de atendê-la. Deixo o leitor na boa companhia do trabalho de Daniel Castro Gomes da Costa, uma contribuição valiosa para as mudanças de paradigma que estamos precisando concretizar no Brasil.”

Luís Roberto Barroso

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

“O Autor consegue transmitir esta sua Mensagem com o realismo típico de um conhecedor exímio da *ambience* jurídico-política em que se integra, mormente quando diagnostica os seus “vícios” concretos, para além das suas abstractas “virtudes”, bem como com os olhos de um douto e interessado Cultor do Direito Público que pensa e formula os “remédios” jurídicos adequados e justos a serem necessariamente prescritos como terapêutica de reabilitação e de aperfeiçoamento de um Sistema Político Democrático, como o é e será aquele que emerge da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.”

Antônio Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

PARTIDOS POLÍTICOS E COMPLIANCE

Instituição de programa de
integridade como forma
de legitimar as atividades
partidárias e consolidar a
democracia representativa

Prefácio

Luís Roberto Barroso

Apresentação

Antônio Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães

Área específica

DIREITO ELEITORAL.

Áreas afins

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.
DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO
PÚBLICO. DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Público-alvo/consumidores

TODOS OS OPERADORES DO DIREITO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10001778

C837p Costa, Daniel Castro Gomes da
Partidos políticos e compliance: instituição de programa de integridade como forma de legitimar as atividades partidárias e consolidar a democracia representativa / Daniel Castro Gomes da Costa.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.
300 p.; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-65-5518-024-4

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Internacional Público. 3. Direito Administrativo. I. Título.

CDD 324.63
CDU 342.8

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da. *Partidos políticos e compliance: instituição de programa de integridade como forma de legitimar as atividades partidárias e consolidar a democracia representativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 300 p. ISBN 978-65-5518-024-4.

Daniel Castro Gomes da Costa

Advogado. Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra (Portugal), com período de pesquisa na *Harvard Law School* (EUA). Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal). Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Membro da Comissão Especial de Direito Regulatório do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. É professor em diversos cursos de pós-graduação em direito eleitoral e administrativo. Autor de diversas obras jurídicas, dentre as principais: *Curso de Direito Processual Eleitoral* (Ed. Fórum), *Democracia, Justiça e Cidadania* (Ed. Fórum), *Direito Eleitoral Comparado* (Ed. Fórum), *Direito Regulatório* (Ed. Fórum), *Segurança Jurídica e as Alterações na Jurisprudência Tributária* (Ed. Pillares) e *Comentários à Minirreforma Eleitoral* (Ed. Pillares).

PREFÁCIO	
EM BUSCA DE INTEGRIDADE.....	15
1 O autor e a sua trajetória.....	15
2 Breve reflexão sobre os temas desta obra.....	16
3 O livro e a sua relevância.....	17
4 Conclusão.....	19
APRESENTAÇÃO.....	21
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1	
PARTIDOS POLÍTICOS.....	29
1.1 Conceito.....	29
1.1.1 Natureza jurídica	32
1.1.2 Função e importância dos partidos políticos.....	34
1.2 Sistema constitucional brasileiro – Pluripartidarismo	36
1.3 Histórico dos partidos políticos no Brasil	37
1.4 Princípios e postulados que conduzem a atuação dos partidos políticos	41
1.5 Autonomia dos partidos políticos.....	49
1.6 Criação e registro dos partidos políticos.....	52
1.6.1 Extinção, incorporação e fusão de partidos políticos	57
1.6.2 Renomeação dos partidos políticos	60
1.6.3 Atuais partidos políticos brasileiros	63
1.7 Cláusula de barreira	65
1.8 Órgãos partidários.....	69
1.8.1 Diretórios nacional, estadual e municipal.....	72
1.8.2 Intervenções e comissões provisórias nos partidos políticos	74
1.8.3 Responsabilidade dos órgãos partidários	77
1.9 Privilégios e vedações aos partidos políticos.....	78
1.10 Filiação partidária.....	80
1.11 Espécies de desfiliação partidária	82
1.12 Fidelidade partidária.....	83
1.12.1 Diferenças entre os sistemas majoritário e proporcional	84
1.12.2 Possibilidade de migração de legendas e janelas partidárias.....	86
1.12.3 Infidelidade partidária.....	89
1.13 Competência e procedimento	93
1.14 Convenções partidárias.....	94
1.15 Registro de candidatos.....	97
1.15.1 Coligações.....	100
1.15.2 Preenchimento da cota de gênero	101
1.16 Financiamento dos partidos políticos.....	105
1.17 Aplicação mínima obrigatória em políticas públicas para as mulheres.....	110
1.18 Prestação de contas dos partidos políticos.....	112
1.18.1 Natureza jurisdicional.....	115
1.18.2 Sanção por desaprovação ou não prestação de contas.....	117
1.19 Candidaturas avulsas.....	122

CAPÍTULO 2	
PROBLEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL BRASILEIRO: PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS – UMA ANÁLISE LEGAL, JURISPRUDENCIAL E SOCIOECONÔMICA	
	127
2.1	Recapitulando: breve histórico do financiamento político- partidário no Brasil.....
	127
2.2	Novo modelo de financiamento dos partidos políticos e candidaturas: utilização dos recursos públicos e das contribuições privadas.....
	130
2.2.1	Fundo partidário.....
	131
2.2.2	Doações privadas.....
	132
2.2.3	Fundo Especial de Financiamento de Campanha.....
	133
2.2.4	Contratação de parentes e empresas de parentes com recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral Especial de Financiamento de Campanha para atuarem nas campanhas eleitorais.....
	133
2.2.5	Contratação de advogados com recursos do Fundo Partidário para defender filiados em ações eleitorais.....
	135
2.2.6	O “caixa dois” de campanha.....
	137
2.3	Políticas paritárias em relação a mulheres e demais minorias.....
	139
2.3.1	Fraude à cota de gênero (“candidaturas laranjas”).....
	140
2.3.2	Não aplicação do percentual mínimo do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para mulheres.....
	143
2.4	Fim das coligações proporcionais.....
	145
2.5	Crise ideológica dos partidos brasileiros.....
	146
2.6	Mídia digital e o fenômeno das redes sociais: uma nova realidade.....
	148
2.6.1	<i>Fake news</i> : a nova vilã da democracia.....
	150
2.6.2	Divulgação da atuação parlamentar e dos candidatos.....
	152
2.7	Proteções de dados.....
	153
2.8	Abusos na utilização dos institutos das intervenções e comissões provisórias.....
	156
2.9	Criminalização da atividade política.....
	158
2.10	Transparência nos partidos políticos.....
	159
2.11	Ausência de democracia intrapartidária.....
	164

CAPÍTULO 3	
COMPLIANCE ELEITORAL E PARTIDÁRIO	
	169
3.1	<i>Compliance</i>
	169
3.1.1	Origem.....
	171
3.1.2	Conceito e objetivos.....
	172
3.1.3	Diferenças entre programa de integridade e programa de conformidade.....
	174
3.1.4	<i>Compliance</i> no mundo.....
	175
3.1.4.1	Estados Unidos.....
	176
3.1.4.2	Canadá.....
	178
3.1.4.3	Reino Unido.....
	180
3.1.4.4	Portugal.....
	182
3.1.4.5	França.....
	187
3.1.4.6	Austrália.....
	188
3.1.4.7	Espanha.....
	190
3.1.4.8	Colômbia.....
	192
3.1.4.9	Chile.....
	193
3.2	<i>Compliance</i> na Administração Pública.....
	194
3.3	<i>Compliance</i> eleitoral.....
	197
3.3.1	No Brasil.....
	198
3.3.2	Lei Anticorrupção.....
	199

3.3.3	(In)aplicabilidade aos partidos políticos e candidaturas	203
3.3.4	Lei da Transparência	205
3.3.5	Outras legislações	207
3.3.6	Projetos de Lei do Senado nº 60/2017 e nº 429/2017	208
3.4	<i>Compliance</i> e autonomia partidária.....	212
3.5	Medidas de prevenção por meio do <i>Compliance</i>	214
3.5.1	Relacionamento com terceiros	217
3.5.2	Utilização das mídias sociais e combate a <i>fake news</i>	219
3.5.3	Fraude na cota de gênero.....	220
3.5.4	Transparência na prestação de contas	220
3.6	Como implementar um programa de <i>Compliance</i> nos partidos políticos?.....	221
3.6.1	Transparência e eficiência	222
3.6.2	Manual de integridade ou código de conduta	222
3.6.3	Capacitação e treinamento	223
3.6.4	Auditorias independentes e <i>Compliance officer</i>	224
3.6.5	<i>Compliance</i> de dados	225
3.6.6	Cultura do <i>Compliance</i> : ouvidoria, comitês, monitoramento e aprimoramento.....	226
3.6.7	Poder normativo para regulamentar o <i>Compliance</i>	227
	CONCLUSÃO	229
	REFERÊNCIAS.....	233

ANEXOS

ANEXO I – Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral sobre partidos políticos.....	255
ANEXO II – Repertório Temático de Jurisprudência.....	257